

negócios negocios.pt iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 4399, de 29 de dezembro de 2020, e não pode ser vendido separadamente.

Os desafios da floresta

- Os quatro grandes grupos da floresta nacional
- O que é a Forestis

Luís Braga da Cruz

“A falta de rendimento tem contribuído para a situação de abandono da floresta”



DR



PRÉMIO NACIONAL
AGRICULTURA 2020



Grupo CaixaBank



negócios

9ª EDIÇÃO

NEGÓCIOS INICIATIVAS PRÊMIO NACIONAL DE AGRICULTURA

A floresta é socialmente desvalorizada

A generalizada situação de abandono deve-se em grande medida à falta de rendimento. O combate ao abandono tem de ser feito com políticas adaptadas a cada distinta realidade e pelo estímulo à gestão, como refere Luís Braga da Cruz, presidente da Forestis.

FILIPE S. FERNANDES

“A rede primária das faixas de interrupção de combustíveis tem de ser assumida como uma infraestrutura nacional, tal como as redes de energia, telecomunicações ou viárias”, considera Luís Braga da Cruz. Acrescenta que “mantê-las é responsabilidade nacional, devendo o Estado assumi-lo”.

O setor florestal português vive uma crise estrutural, a estrutura fundiária de uma vastíssima parte das zonas florestais, o despovoamento das zonas rurais, o decréscimo de valor dos produtos da floresta e os terríveis fogos, que assolaram o país nos últimos anos, determinam a necessidade de encontrar novas soluções para ultrapassar esta crise. O que é que pode/deve ser feito a curto, médio e longo prazo,

para inverter a situação atual?

A situação radica na grande diversidade da floresta portuguesa: montado no Sul mediterrânico; floresta atlântica a norte e centro; folhosas no interior mais continental. A estrutura da propriedade também é condicionante. A falta de rendimento tem contribuído para a generalizada situação de abandono.

O combate ao abandono tem de ser feito com políticas adaptadas a cada distinta realidade e pelo estímulo à gestão. A grande dificuldade está no défice de gestão agrupada, por ser complexa e de difícil concretização, em especial por a floresta ser desvalorizada socialmente. Pode haver muitas soluções mas, para terem sucesso a médio prazo, há algumas condições básicas: não haver descontinuidade temporal nas políticas e garantir estruturas de proximidade para apoio, aconselhamento e reforço dos serviços ao produtor, seja pela reconstituição da proximidade da autoridade florestal, seja pela via da contratualização com as organizações de produtores florestais. Finalmente, as situações mais críticas reclamam abordagem de natureza integrada com o envolvimento de medidas de na-

tureza social. Estamos no domínio das políticas de apoio ao desenvolvimento de territórios mais problemáticos, onde a floresta é um dos recursos mais importantes e tem de ser fonte de rendimento.

O Governo tem vindo a adotar medidas legislativas para o setor, entre as quais, a obrigatoriedade de os proprietários e produtores florestais efetuarem a limpeza das matas, a criação de faixas de gestão de combustível, a reintrodução da Guarda Florestal, etc. Estas medidas afiguram-se como preventivas/mitigadoras de fogos florestais, contudo, podem não ser suficientes para a necessária mudança de paradigma no modelo de gestão da nossa floresta. Como representante de um movimento associativo de proprietários florestais, qual é a análise que faz destas medidas e do seu impacto no setor?

O abandono das terras contribuiu para a acumulação de combustível, um fuel potencial que tem de ser reduzido, face ao risco de fogo. O problema é complexo, mas está identificado e as soluções são diversas. Temos a noção de que não há milagres e que é necessário atuar em múltiplas frentes em simultâneo. Os desastrosos incêndios de 2017 trouxeram muitos ensinamentos, dos quais os três mais importantes, em minha opinião, foram: o foco na prevenção; a opção por melhor coordenação das ações; a decisão política de valorizar o conhecimento para o integrar na política pública. A criação da AGI (Agência para a Gestão Integrada de Fogos

Rurais) e as suas iniciativas de planeamento e operacionais estão a dar resultados positivos.

A rede primária das faixas de interrupção de combustíveis tem de ser assumida como uma infraestrutura nacional, tal como as redes de energia, telecomunicações ou viárias. Mantê-las é responsabilidade nacional, devendo o Estado assumi-lo. Os restantes níveis de atuação podem ser descentralizados para órgãos municipais ou para estruturas de produtores, desde que seja garantida eficácia na concretização. Há experiências bem-sucedidas através de centenas de equipas de sapadores florestais, mas é importante que esta atividade seja dignificada, bem coordenada e com remuneração compatíveis.

A sensibilidade dos problemas florestais reclama muita pedagogia e um robusto acompanhamento. É por isso que temos vindo a defender o restauro da Autoridade Florestal - o ICNF - a nível regional e local. Tem de haver uma muito forte aposta na estrutura da administração florestal para que seja reconhecida com autoridade.

Ao nível das medidas de apoio à intervenção na floresta, é necessário operar uma mudança radical nos instrumentos disponíveis. A medida 8 do PDR 2020, de apoio à floresta, foi desajustada à natureza dos problemas, conduziu a tratamentos regionais profundamente injustos, pondo em causa a coesão nacional em matéria florestal. Estamos a entrar num novo período de programação dos fundos europeus. Precisamos que as medidas florestais sejam mais simples, menos burocráticas, mais orientadas para os problemas e, sobretudo, com pré-

via afetação regional dos recursos.

Uma das revoluções do nosso tempo tem a ver com a digitalização e a sustentabilidade. Como é que a floresta portuguesa está a utilizar as ferramentas digitais e tecnológicas e a responder ao desafio da sustentabilidade? Como é que está a ser construída a Floresta 4.0?

As organizações de produtores florestais terão sido até hoje quem mais usou as tecnologias e que mais fez pela digitalização da informação cadastral das propriedades rurais florestais. A Forestis tem disponibilizado às suas associadas ferramentas informáticas que agilizam a gestão e apoiam os processos de certificação florestal que têm em curso. Estamos disponíveis para colocar à disposição do Estado a informação cadastral disponível para ajudar a ultrapassar o enorme atraso ainda existente. Fará sentido falar em Floresta 4.0 quando ainda estamos tão atrasados? ■

“As organizações dos produtores florestais terão sido até hoje quem mais usou as tecnologias.”

Inês Gomes Lourenço



PERFIL

Engenheiro e ministro

Luís Braga da Cruz nasceu em Coimbra a 30 de maio de 1942. Estudou no Liceu D. João III, Coimbra, 1951/59, fez os preparatórios de Engenharia na Universidade de Coimbra e licenciou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Porto, 1962/65. Foi professor catedrático convidado entre 1977 e 1986, e de 2003 a 2012.

É desde 2016, presidente do Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves no Porto, presidente da Forestis - Associação Florestal de Portugal desde 2018, e integra o Conselho de Curadores da Universidade do Porto desde junho de 2020. Desempenhou ainda várias funções administrativas e de gestão, bem como uma extensa atividade associativa. Entre elas, a de presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), da Enenorva (1995-1996), e do polo português do Operador do Mercado Ibérico de Energia (OMI). Em 2001 e 2002 foi ministro da Economia e, entre 2005 e 2006, desempenhou funções como deputado na Assembleia da República.

O produtor não pode ser remunerado apenas pela madeira

É um recurso que produz bens ambientais, é fonte de biodiversidade, contribui para o sequestro de CO₂, zela pela qualidade do ar e da água. “Temos de encontrar mecanismos para custear os restantes recursos de que toda a sociedade aproveita”, defende Luís Braga da Cruz.

Para o presidente da Forestis, Luís Braga da Cruz, “o planeamento, só por si, não resolve, mas constrói cenários. O que é necessário é gestão e construir soluções que operacionalizem as intervenções em função dos problemas”.

A pandemia veio revolucionar a forma como o mundo vive e se relaciona. Na sua opinião, a situação pela qual estamos a passar pode constituir-se numa janela de oportunidade para que a so-

cidade passe a ver a floresta e a sua governança de forma diferente, ou não?

A floresta é um recurso multidimensional: produz bens ambientais, é fonte de biodiversidade, contribui para o sequestro de CO₂, zela pela qualidade do ar e da água e ainda é um recurso económico muito estimável, que não podemos estigmatizar. A floresta não pode ser remunerada apenas pela madeira. Temos de encontrar mecanismos para custear os restantes recursos de que toda a sociedade

aproveita. Assim se mitigaria o défice de rendimento da floresta para o produtor e se estimularia o proprietário a melhor gerir.

Relativamente à floresta, o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 refere a necessidade de melhorar o ordenamento do território, através da reforma do minifúndio, da promoção de operações de emparcelamento de terras, da atualização dos registos ca-

dastrais, da reflorestação de montanhas, entre outras medidas. Quais são as expectativas da Forestis relativamente a este plano?

Recentemente o Ministério do Ambiente, que agora detém a tutela conjunta da política florestal e do ordenamento do território, anunciou novas figuras e planeamento e gestão florestal, enfatizando intervenções em torno do conceito de paisagem: Planos de Transformação de Paisagem, Planos de Reordenamento e Gestão de Paisagem, Ações Integradas de Gestão de Paisagem. A cada uma destas figuras corresponde uma escala de intervenção territorial, desde o nível macro (sub-regional) ao nível local (freguesia). Esta abordagem pode parecer complexa, mas faz sentido, em especial se tiver como preocupação a garantia do equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade: económica, social e ambiental. A paisagem é tudo o que resulta da interação do Homem com os elementos naturais - ar, água, solo, clima,

fauna, flora, orografia - num dado território. Assim, esta relação é determinada pela escassez ou pela abundância desses elementos e pelas suas características, tudo na busca de um equilíbrio. Daqui resulta a necessidade de cultivar ou gerir a paisagem para garantir equilíbrio. Não gerir, conduz ao abandono, à instabilidade dos ecossistemas, à perda de biodiversidade. Havendo pessoas é necessário convocá-las a assumir o seu papel de agentes e remunerar os serviços de interesse geral que providenciam.

Se o Plano de Recuperação Económica tiver isto em atenção, a floresta beneficiará. Se não, será mais uma ilusão. A biomassa florestal para fins energéticos não pode ser confundida com matéria-prima lenhosa, porque tem apenas carácter sobranter, não esquecendo os custos de a levar até à central. O planeamento, só por si, não resolve, mas constrói cenários. O que é necessário é gestão e construir soluções que operacionalizem as intervenções em função dos problemas. ■

Um retrato da floresta portuguesa

A tendência de diminuição da área de floresta, que se verificava desde 1995, inverteu-se em 2015, com um aumento de 60 mil hectares (1,9%) face a 2010.

Os espaços florestais (floresta, matos e terrenos improdutivos) ocupam 6,2 milhões de hectares (69,4%) do território nacional continental segundo o 6.º Inventário Florestal, publicado em 2019. A tendência de diminuição da área de floresta, que se verificava desde 1995, inverteu-se em 2015, com um aumento de 60 mil hectares (1,9%) face a 2010.

A floresta, que inclui terrenos arborizados e temporariamente desarborizados (superfícies cortadas, ardidas e em regeneração), é o principal uso do solo nacional (36%). É maioritariamente constituída por espécies florestais autóctones (72%), embora algumas ocupando territórios maiores que a sua origem geográfica.

Em termos estruturais, funcionais e paisagísticos, a floresta do continente pode ser organizada em quatro grandes grupos. Os “montados”, sobreirais e azinhais são a principal ocupação florestal,

com cerca de 1 milhão de hectares e representando um 1/3 da floresta. Os pinhais são a segunda formação florestal, com uma área próxima de 1 milhão de hectares, sendo os ecossistemas florestais com maior redução na área ocupada.

As folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras) são a formação florestal menos representativa em área ocupada, embora se registe um aumento sistemático ao longo dos últimos 20 anos, sendo esta mais significativa no período entre os dois últimos inventários (2005 e 2015) (46 mil hectares, mais 17%).

A posse da floresta

Os eucaliptais ocupam 845 mil hectares, cerca de 26% da floresta continental e apresentando um sistemático incremento ao longo dos últimos 50 anos.

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a maioria da



Os eucaliptais ocupam 26% da floresta continental.

área florestal nacional, cerca de 86%, está na posse de proprietários individuais, a restante está repartida entre o Estado, com 3%, pelas comunidades locais – baldios – em 6% e pelas empresas associadas da Celpa (Associação da Indústria Papeleira), 5%.

As empresas da indústria papeleira são responsáveis pela gestão de 190,3 mil hectares, 2,1% do território nacional, sendo que do total 162,4 mil estão ocupados por floresta de 5% da área florestal portuguesa. Em Portugal, a indús-

tria papeleira é responsável pela gestão de 17% da área de eucaliptal, 1% do montado de sobreiro, 0,6% de espécies diversas e 0,5% do pinhal-bravo.

Em Portugal, são dois os sistemas que certificam os produtores e empresas em termos de gestão sustentável de florestas: o FSC Portugal (Forest Stewardship Council) e o PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification). A FSC Portugal dispunha, até 8 de dezembro de 2020, de 490.018 hectares de flo-

resta certificada em Portugal e a área da PEFC Portugal era de 295 mil hectares certificados, pertencentes a 2.189 proprietários e gestores florestais. Segundo o Público, “as estimativas conjuntas do FSC e PEFC para Portugal, publicadas em 2020 e relativas a meados de 2019, dão conta de 265,4 mil hectares com dupla certificação florestal. Um valor que, cruzado com os dados isolados de cada sistema, colocam a área florestal certificada em 486,2 mil hectares”. ■

O que é a Forestis

Impulsionar a certificação florestal é talvez o maior desafio da Forestis, um associação que conta com mais de três dezenas de organizações de proprietários florestais que representam 17.500 proprietários do setor.

Fundada em 1992, a Forestis - Associação Florestal de Portugal é um movimento associativo de âmbito nacional, de utilidade pública, sem fins lucrativos, que tem por objeto o apoio à gestão, a defesa e o associativismo na floresta privada e comunitária. Pela sua atividade e papel, foi reconhecida como equiparada a Organização Não Governamental do Ambiente em 2001.

Conta com 33 Organizações de Proprietários Florestais (OPF) associadas que representam e apoiam tecnicamente mais de

17.500 proprietários do setor. Esta representatividade faz da Forestis um agente dinamizador da área.

A Forestis tem uma equipa multidisciplinar que gere e executa projetos estratégicos e inovadores, quer no âmbito da adoção de novas tecnologias ao serviço da floresta quer na transferência de know-how sobre assuntos atuais como a promoção da gestão florestal sustentável e a proteção dos espaços florestais contra incêndios e pragas e doenças.

A cooperação com entidades do meio científico e tecnológico,

assim como com organizações congéneres nacionais e internacionais, é privilegiada como forma de trabalho e como veículo para modernizar e inovar em termos técnicos e organizacionais.

Principais desafios

Como refere Luís Braga da Cruz, presidente da Forestis, “impulsionar a certificação florestal é talvez o maior desafio da Forestis”. Com 11 das suas OPF, foram criadas cinco iniciativas para a certificação florestal regional, implicando mais de vinte entidades regionais,

participantes. Mais recentemente, animam um projeto para a criação do Sistema de Gestão Florestal Sustentável (certificação florestal FSC de grupo), com nove outras OPF do movimento.

“Continuamos a disseminar informação, a mobilizar vontades e recursos e a melhorar a gestão dos espaços florestais. Com as nossas OPF estamos envolvidos num contrato-programa plurianual com o ICNF para a constituição e dinamização de dez agrupamentos de baldios”, sublinha.

Tem ainda projetos em diferentes domínios da bioeconomia, da automação, da valorização da biomassa florestal para produção de calor a usar em estufas, do combate à erosão do solo em áreas ardidas, entre outras. “A Forestis procura participar em todos os desafios que lhe são feitos para participar em projetos de investigação lançados por parceiros internacionais e nacionais que possam valorizar o seu trabalho, em especial pela valorização económica da floresta”, sublinha Luís Braga da Cruz. ■